



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2014 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2014 - CIMCATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO “PAL” Nº 0035/2014 - CIMCATARINA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. ELÓI RÖNNAU, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade “**PREGÃO ELETRÔNICO**” visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**: Municípios de Fraiburgo e Rio das Antas

TIPO: Menor preço - **POR LOTE**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 01/12/2014 até às 09:00 horas do dia 11/12/2014.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 11/12/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 11/12/2014.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado”

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo, SC

Pregoeiro(a): Luiz Fernando Raldi

E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br ou luiz.fernando@cimcatarina.sc.gov.br

Telefone: (49) 3246-1206

Fax: (49) 3246-1206

As condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Lousas digitais e mesa interativa, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Fraiburgo e Rio das Antas, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

Lote 01

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	1	UNID	LOUSA INTERATIVA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: LOUSA ELETROMAGNÉTICA; SUPERFÍCIE ANTI-REFLEXO, RESISTENTE A RISCOS, PERFURAÇÕES E IMPACTOS QUE POSSAM DANIFICAR O HARDWARE; DIMENSÃO DA ÁREA ATIVA MEDINDO NO MÍNIMO 78 POLEGADAS; PRECISÃO DE 0,05MM; TAXA DE RASTRO DE NO MÍNIMO 200 POLEGADAS POR SEGUNDO; TAXA DE SAÍDA DE NO MÍNIMO 120 PONTOS POR SEGUNDO; CONEXÃO COM COMPUTADOR USB; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA SOMENTE ATRAVÉS DA CONEXÃO USB; QUATRO CANETAS ONDE ATRAVÉS DESTAS OU DO SISTEMA POSSAM DIFERENCIAR SUAS FUNÇÕES, SENDO 2 (DUAS) PARA "PROFESSOR" E 2 (DUAS) "ALUNO", SEM A NECESSIDADE DE REINICIALIZAÇÃO DO SISTEMA, COM PONTAS SUBSTITUÍVEIS E PESO MÁXIMO DE 40 GRAMAS, NÃO DEVE NECESSITAR NENHUM TIPO DE ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CABOS, DEVERÁ PERMITIR UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE DUAS CANETAS EM TODA ÁREA ATIVA DA LOUSA SEM ESPAÇO LIMITADO PARA UMA OU OUTRA CANETA. AS CANETAS DE INTERAÇÃO ENTRE USUÁRIO E LOUSA DEVEM POSSUIR AS FUNCIONALIDADES DE UM MOUSE: ARRASTAR O PONTEIRO NA TELA, FUNÇÃO DO BOTÃO ESQUERDO DO MOUSE (CLICAR), FUNÇÃO DE BOTÃO DIREITO DO MOUSE (ABRIR CAIXA DE DIÁLOGO/MENU DE CONTEXTO). CADA CANETA DEVE POSSUIR EM SI UM BOTÃO PARA O ACESSO RÁPIDO À FUNÇÃO DE BOTÃO DIREITO DO MOUSE. REQUISITOS MÍNIMOS DO SOFTWARE: DEVE SER COMPATÍVEL COM AS PLATAFORMAS WINDOWS, MAC OS E LINUX EDUCACIONAL 3.0 E 4.0. POSSIBILITAR ARQUIVOS CRIADOS EM UMA PLATAFORMA SER ACESSADOS EM OUTRA (LINUX X VINDOWS). CORRETOR ORTOGRÁFICO PARA IDIOMA: PORTUGUÊS (BRASIL), ALEMÃO, INGLÊS, ESPANHOL, FRANCÊS E ITALIANO.

			<p>MÍDIA TIPO: CD-ROM OU DVD-ROM. INTERATIVIDADE COM QUALQUER APLICATIVO INSTALADO NO COMPUTADOR, TECLADO VIRTUAL, MUDANÇA DE CORES E ESPESSURAS DO TRAÇO (TINTA ELETRÔNICA), BORRACHA PARA APAGAR TINTA ELETRÔNICA, MARCADOR DE TEXTO, INSERÇÃO DE CAIXA DE TEXTO E EDIÇÃO POR MEIO DE TECLADO VIRTUAL OU CONVENCIONAL, RECURSO DE CAPTURA TOTAL OU PARCIAL DA TELA DE UM APLICATIVO QUALQUER, RECONHECIMENTO DE MANUSCRITO (LETRA CORRIDA E LETRA DE FORMA) E FORMAS GEOMÉTRICAS, VERIFICADOR ORTOGRÁFICO DO DOCUMENTO, ROTAÇÃO E REDIMENSIONAMENTO DE IMAGENS E OBJETOS. GRAVADOR DE SONS E VÍDEOS DAS AÇÕES REALIZADAS NA LOUSA; DEVE POSSUIR COLEÇÃO COM NO MÍNIMO 6000 RECURSOS ENTRE FOTOS, IMAGENS GRADES E IMAGENS DE FUNDO, DESENHO, SONS E ANIMAÇÕES; DEVE POSSUIR AS SEGUINTE FERRAMENTAS/FUNCIONALIDADES MÍNIMAS: DEVE POSSIBILITAR A ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DA INTERAÇÃO SIMULTÂNEA DE DOIS USUÁRIOS; DEVE PERMITIR ALINHAR OBJETOS À GRADE; DEVE PERMITIR O BLOQUEIO PELO PROFESSOR; DEVE POSSIBILITAR A CUSTOMIZAÇÃO DA BARRA DE FERRAMENTAS, SALVAR A CUSTOMIZAÇÃO COMO PERFIL DE USUÁRIO E ALTERAR ENTRE OS PERFIS SEM A REINICIALIZAÇÃO DO SOFTWARE OU ATRAVÉS DE LOGIN DO PERFIL DE CADA USUÁRIO; DEVE SUPORTAR ARQUIVOS COM A EXTENSÃO FLV, AVI, WMV E MP4; DEVE POSSIBILITAR A IMPORTAÇÃO DE DOCUMENTOS CRIADOS EM OUTROS SOFTWARES DE LOUSAS INTERATIVAS; DEVE PERMITIR REPOUSAR UMA MÃO NA SUPERFÍCIE DA LOUSA ENQUANTO ESCREVE-SE COM TINTA ELETRÔNICA (VIA SOFTWARE) COM A OUTRA MÃO; SUPORTE DE PAREDE PARA LOUSA INTERATIVA; CAIXA DE SOM STÉREO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 14 W RMS, COM ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CABO USB E ELÉTRICA EM 220V OU BIVOLT AUTOMÁTICO; GARANTIA DAS CANETAS DE 1 (UM) ANO E GARANTIA DA LOUSA INTERATIVA DE 3 (TRÊS) ANOS;</p> <p>POSSIBILIDADE PARA ACESSÓRIOS ADICIONAIS: SISTEMA DE VOTAÇÃO; MINI QUADRO INTERATIVO POSSIBILITANDO O ACESSO REMOTO DA LOUSA; CANETA ESTENDIDA DE APROXIMADAMENTE 54 CM; ATUALIZAÇÕES DO SOFTWARE DISPONÍVEIS PELO FABRICANTE DE FORMA GRATUITA.</p>
2	1	Unid.	<p>PROJETOR DE CURTA DISTÂNCIA COM SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PROJEÇÃO DE 78 POLEGAS A NO MÁXIMO 1,50 METROS SISTEMA DE PROJEÇÃO DLP RESOLUÇÃO NATIVA XGA (1024 X 768) BRILHO 2.800 ANSI LUMENS CONTRASTE 13.000:1 QUANTIDADE DE CORES 1.07 BILHÕES LENTE F2.6-2.78, F=10.2-12.24 MM FORMATO DE TELA NATIVO 4:3 (5 SELECIONÁVEIS) ÍNDICE DE PROJEÇÃO 0.9-1.08(54.5" @ 1M) TAMANHO DA IMAGEM 38"-300" ZOOM 1.2:1 LÂMPADA 210W / 3500/5000/6500 HORAS CORREÇÃO DO TRAPÉZIO 1D, VERTICAL ± 40 GRAUS COMPENSAÇÃO PROJETADA (OFFSET) 120% ±5% RESOLUÇÃO SUPORTADA VGA(640 X 480) ATÉ UXGA(1600 X 1200) FREQUÊNCIA HORIZONTAL 31K-102KHZ FREQUÊNCIA VERTICAL 23-120HZ INTERFACE PC IN : (D-SUB 15PIN) (COMPARTILHADO COM VÍDEO POR COMPONENTES), PC OUT: (D-SUB 15PIN), HDMI, VÍDEO COMPOSTO IN (RCA), S-VÍDEO IN (MINI DIN 4PIN), ÁUDIO IN (MINI JACK), ÁUDIO L/R, IN (RCA), ÁUDIO OUT (MINI JACK), ALO FALANTE 10W, USB (TIPO A), (USB READER Y WIRELESS DISPLAY), USB (TIPO MINI B), RS232 (DB-9PIN, IR RECEIVER 2 (FRENTE E PARTE SUPERIOR) DIMENSÕES 312 X 104 X 244 MM HDTV COMPATÍVEL 480I, 480P, 576I, 576P, 720P, 1080I, 1080P COMPATIBILIDADE DE VÍDEO NTSC, PAL, SECAM SUPORTE E COMPATIBILIDADE 3D PC: 120HZ MARCO SEQUÊNCIAL 3D PARA RESOLUÇÕES ATÉ WXGA, PC: 60HZ TOP-BOTTOM 3D PARA RESOLUÇÕES ATÉ SXGA+ VÍDEO: 60HZ MARCO SEQUÊNCIAL 3D PARA RESOLUÇÕES ATÉ 480I NÍVEL DE RÚIDO 33/28 DBA (NORMAL/ECONÔMICO) VOLTAGEM AC100 ATÉ 240 V, 50 ATÉ 60 HZ CONSUMO DE ENERGIA 275W, ESPERA<0.5W IDIOMAS DO MENU ÁRABE/ ALEMÃO/ BÚLGARO/ TCHECO/ CHINÊS SIMPLIFICADO/ CHINÊS TRADICIONAL/ COREANO/ CROATA/ DINAMARQUÊS/ ESPANHOL/ FINLANDÊS/ FRANCÊS/ GRIEGO/ HOLANDÊS/ HÚNGARO/ INDONÊSIO/ INGLÊS/ ITALIANO/ JAPONÊS/ NORUEGUÊS/ POLONÊS/ PORTUGUÊS/ ROMENO/ RUSSO/</p>

			SUECO/ THAI/ TURCO (27 IDIOMAS). MODOS DE IMAGEM DINÂMICO/ APRESENTAÇÃO/ SRGB/ CINEMA/ USUÁRIO 1/ USUÁRIO2 ACESSÓRIOS INCLUÍDOS CONTROLE REMOTO COM BATERIAS, CABO DE FORÇA (POR REGIÃO), MANUAL DO USUÁRIO EM CD, GUIA RÁPIDO, CABO VGA (D-SUB 15PIN)
3	1	UNID	SUPORE PARA PROJETOR ESTRUTURA EM AÇO RETANGULAR DE 4X4 CM, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM. SOLDA ARCO ELÉTRICO OU FONTE OXIACETILÊNICA COM ACABAMENTO FINO PINTURA; EPOXI-PÓ PRETO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO DE 1,40 M.

Lote 02

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
4	1	UNID.	MESA INTERATIVA SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCH SCREEN INFRARED) COM JOGOS E APLICATIVOS MULTIDISCIPLINARES. TELA COM ALTA DEFINIÇÃO, TECNOLOGIA IPS, SENSÍVEL AO TOQUE POR MEIO DE SISTEMA TOUCH SCREEN INFRARED, PERMITINDO TOQUES SIMULTÂNEOS (MULTI TOUCH), TELA FULL HD DE 21,5 POLEGADAS. DEVE, PERMITIR A CORRETA EXECUÇÃO DOS JOGOS E APLICATIVOS EDUCATIVOS ATRAVÉS DE SISTEMA GERENCIADO POR UMA PLACA CONTROLADORA COM MEMÓRIA, SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM DISCO RÍGIDO, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO CONTRA AQUECIMENTO, SISTEMA DE ÁUDIO ESTÉREO DIGITAL, ENTRADA E SAÍDA DE DADOS E CONEXÃO A REDE SEM FIO. RESISTENTE A ÁGUA, PRESSÃO DE ATÉ OITO QUILOS, RISCOS E POEIRA ESTÁTICA, E ACABAMENTO DE ACRÍLICO 3MM, COM VOLTAGEM AUTOMÁTICA (110V A 240V). TAMPO: CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PROTEÇÃO UV8, 65CM DE LARGURA POR 90CM DE COMPRIMENTO POR 19 CM DE ALTURA, DEVE TER OS CANTOS ARREDONDADOS COM A TELA TOUCH SCREEN INFRARED EMBUTIDA COM ACABAMENTO EM ACRÍLICO. NA PARTE INFERIOR O TAMPO DEVERÁ TER DUAS SAÍDAS DE ÁUDIO E DUAS SAÍDAS PARA REFRIGERAÇÃO, TODAS PROTEGIDAS POR UMA GRADE INTERNA. DEVE POSSUIR TAMBÉM UMA ENTRADA DE DADOS USB, CONECTOR PARA ENERGIA COM FUSÍVEL, BOTÃO LIGA/DESLIGA E ENCAIXES PARA OS PÉS. PÉS: CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PROTEÇÃO UV8, DOIS CONJUNTOS DE 24CM DE LARGURA POR 51CM DE COMPRIMENTO POR 43CM DE ALTURA. CADA CONJUNTO DE PÉS DEVERÁ TER OS CANTOS ARREDONDADOS, DOIS SUPORTES PARA ENCAIXE NO TAMPO E DOIS ORIFÍCIOS PARA PARAFUSAR NO TAMPO. GARANTIA DE NO MÍNIMO UM ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO NO HARDWARE, ESTRUTURA DA MESA E APLICATIVOS, FORNECIDO PELO FABRICANTE DA MESA INTERATIVA. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL COM CANAL DIRETO COM O FABRICANTE DA MESA INTERATIVA, COM SISTEMA DE ASSISTÊNCIA REMOTA. ITENS INCLUSOS : MANUAL DE USO, CERTIFICADO DE GARANTIA, INFORMAÇÕES GERAIS DE USO E ORIENTAÇÕES E CONTATO SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CANETA PARA TOUCH SCREEN INFRARED, QUATRO PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO DOS PÉS NO TAMPO E UM CABO DE ENERGIA DE 0,75MM. OS JOGOS E APLICATIVOS DEVEM SER CONTROLADOS POR UM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA OPERACIONAL (SOP), QUE NÃO PERMITA O USO DE OUTRAS APLICAÇÕES QUE NÃO SEJAM O CONTEÚDO EDUCACIONAL ESPECÍFICO DA MESA INTERATIVA, DEVE ATUALIZAR DE MANEIRA AUTOMÁTICA O SISTEMA OPERACIONAL, OS JOGOS E OS APLICATIVOS ATRAVÉS DE CONEXÃO POR INTERNET OU PELA ENTRADA DE DADOS USB. DEVE PERMITIR A INSTALAÇÃO DE NOVOS JOGOS E APLICATIVOS EDUCACIONAIS ESPECÍFICOS PARA A MESA INTERATIVA ATRAVÉS DE CONEXÃO POR INTERNET OU PELA ENTRADA DE DADOS USB. DEVE CONTER NO MÍNIMO 10 APLICATIVOS INSTALADOS (JOGOS E APLICATIVOS) REFERENTE TEMA DE COORDENAÇÃO MOTORA, RACIOCÍNIO, DESENHO LIVRE, JOGO DA MEMÓRIA, CORPO HUMANO, PINTURA, LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA, MATEMÁTICA ETC..

1.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 15 de dezembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

1.3 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

1.3.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

1.4 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2 – DAS AMOSTRAS/ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar Amostras devidamente identificadas (com razão social, CNPJ e respectivo número de item) **PARA TODOS OS ITENS**, através de Prospecto/Ficha Técnica original do Fabricante ou física, com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até **03 (TRÊS)** dias após o encerramento da disputa dos lances para o endereço **Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC (CEP: 89580-000)**.

2.1.1 – Após análise das amostras os responsáveis emitirão o **LAUDO DE ACEITABILIDADE**.

2.1.2 – Não havendo a apresentação das amostras no prazo estabelecido, bem como não sendo estas aprovadas, a licitante vencedora será desclassificada do certame, sendo então solicitadas e examinadas as amostras das licitantes subseqüentes observada rigorosamente a ordem de classificação.

2.1.3 – Atentem-se os licitantes que somente serão obrigados a apresentar amostras os VENCEDORES DOS ITENS.

2.2 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.2.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.2.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.2.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **20 (vinte)** dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.2.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.3 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.3.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

2.4 – A garantia dos itens a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;

2.5 – Os itens de cada **LOTE** formam um conjunto, sendo que os mesmos deverão ser instalados e configurados pela proponente vencedora, nos Municípios Consorciados, após a Autorização.

2.5.1 – A fixação do suporte para o projetor do lote 01, deverá ser na parede acima da lousa, ficando a cargo da proponente vencedora.

2.5.2 – Os locais e a rede elétrica onde serão instalados os equipamentos a serem adquiridos serão definidos e ficarão sob responsabilidade de cada Município Consorciado solicitante.

2.6 – A proponente vencedora deverá fornecer o software para o **item 1 e 4** gratuitamente conforme necessidade de cada Município consorciado, sem qualquer custo adicional.

3 – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

3.1.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes (Anexo VI) e fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 – O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**.

4.2 – Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (www.bll.org.br).

5 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 – O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 – Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa de Licitações e Leilões**.

6.3 – É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4 – Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5 – O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões**, até no mínimo **uma hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

6.6 – O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à empresa associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO VII)**;

b) Ficha técnica descritiva, ANEXO VIII, com todas as especificações do produto objeto da licitação em conformidade com o item do total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes, **Sob nenhuma hipótese será admitida a substituição da ficha técnica adicionada, nem mesmo antes do início da disputa de lances**.

6.7 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo VIII, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

7 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CRENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2 – As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

7.3 – A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4 – O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5 – A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões**.

7.6 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

7.8 – A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9 – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

7.10 – Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.11 – A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.12 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.13 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.14 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 – Fica a critério do pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

7.16 – Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

7.17 – No caso de desconexão com o Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.18 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.19 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

(FECHAMENTO RANDÔMICO)

7.20 - Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.21 – Facultativamente, o Pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.22 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.23 – POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
RUA: NEREU RAMOS, Nº 761, 1º ANDAR, SALA 01, CENTRO, FRAIBURGO/SC (CEP 89.580-000)
Pregoeiro(a): Luiz Fernando Raldi
Telefone/Fax: (49) 3246 -1206
SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.24 – A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.23.

7.25 – O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro(a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.26 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.27 – Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.28 – Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.29 – Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

8 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 – O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. (MODELO DO ANEXO VIII) O Licitante será responsável por

todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2 – No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES, MARCAS E MODELOS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS** ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. A não inserção de arquivos eletrônicos, bem como **PROPOSTA ELETRÔNICA, PROPOSTA EM DESACORDO COM EDITAL** ou informações contendo as especificações, **marcas/modelos dos serviços e/ou produtos nos campos solicitados**, implicará na **DECLASSIFICAÇÃO IMEDIATA** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

8.2.1 – Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como **timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc**, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.3 – SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA/MODELO (quando necessários) E AQUELAS QUE ESTIVEREM EM DESACORDO COM AS MARCAS/MODELOS DOS EDITAIS DE CHAMAMENTO 0001/2014 E COMPLEMENTARES.

8.3.1 - O OBJETO DEVERÁ ESTAR **TOTALMENTE E ESTRITAMENTE** DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.4 – A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.5 – Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO VIII) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

8.6 – As propostas deverão ser formuladas em formato texto(Word), planilha(Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas e que não puderem ser “abertas” pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

9 – PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1 – A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro(a), a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no **item 7.23**, deste Edital.

NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

a) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

b) suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

c) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

d) O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da abertura das propostas virtuais;

e) conter discriminados em moeda corrente nacional os **preços dos itens** limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

f) conter discriminado o prazo de validade da Ata **de 15 de dezembro de 2014 a 30 de abril de 2015**;

g) conter discriminado o prazo de entrega dos itens **de até 20 (vinte) dias** do recebimento da Autorização de Fornecimento **exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador**;

h) Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, **totalmente e estritamente** conforme descrito no **item 1.1**, deste Edital;

i) Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

j) Dados Bancários conforme **ANEXO II**;

9.2 – Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.**

9.3 – Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10 – GARANTIA

10.1 – As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item ou conforme item 2.4, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

11 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.23, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2014 - CIMCATARINA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2014 - CIMCATARINA
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**

11.2 – Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

b) Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (**ANEXO III**).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva e comprovando condição.

d) A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:
Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (**ANEXO V**).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

i) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

11.3 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (**cinco**) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014.

11.3.1 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. **Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.**

11.5 – Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, “**protocolo**” de documento necessário à habilitação.

11.5.1 – Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por **4 (quatro) meses** após a sua expedição.

12 – DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante:**
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “on line”, disponibilizado pelo CIMCATARINA.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

13 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE**, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

14 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1 – *Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA.*

14.2 – Caberá ao Pregoeiro(a) decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3 – Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1 – As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de **15 de dezembro de 2014 a 30 de abril de 2015**.

15.1.1 – Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital, Anexo VI) no prazo de **3 (três) dias úteis** após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.3 – A ata de registro de preços, deverá ser assinada por certificação digital.

15.4– O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

17 – DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1 – Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA.

17.2 – Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), No **LOTE** sendo submetido este resultado ao Diretor Executivo do CIMCATARINA para homologação.

17.3 – O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Diretor Executivo do CIMCATARINA, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Diretor Executivo do CIMCATARINA, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4 – Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Diretor Executivo do CIMCATARINA para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

18 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I – convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II – frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

18.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

VII - não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

20 – DA DOTAÇÃO

20.1 – As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2014 e seguintes.

20.1.1 – O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

21 – DO PAGAMENTO

21.1 – O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

21.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML**.

21.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 – Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (CIMCATARINA) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI)

22.3.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item (Item 3, Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5 – O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio, logo após sua homologação.

22.6 – Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7 – O Diretor Executivo do CIMCATARINA poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8 – O Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3246-1206, ou pessoalmente (Rua Nereu Ramos, 761, Centro, Fraiburgo, SC).

22.9 – Não cabe à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10 – O Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 16 de 07 de julho de 2014 e Resolução nº 27 de 27 de outubro de 2014.

22.11 – São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- e) ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- f) ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- g) ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- h) ANEXO VIII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- i) ANEXO IX – Modelo de Proposta Eletrônica.

Fraiburgo (SC), 28 de novembro de 2014.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CIMCATARINA

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.2.4, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **60 (sessenta)** dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 9.1 letra "f": de **15 de dezembro de 2014 a 30 de abril de 2015**.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail:cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

4 – OBJETO DA PROPOSTA:

LOTE 01

ITEM	UNID.	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
Valor total do Lote						

LOTE 02

ITEM	UNID.	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
Valor total do Lote						

Local e Data

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:



ANEXO II

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº _____, sediada em
_____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002,
que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

____ <CIDADE> _____ (UF), ____ < DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº ____ _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____
(microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo
Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	DIRETOR EXECUTIVO
Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	Rua Nereu Ramos, nº 761	12.075.748/0001-32	Elói Rönna

2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Município de Fraiburgo	Av. Rio das Antas, nº 185	82.947.979/0001-74	Ivo Biazzolo
Município de Rio das Antas	Rua do Comércio, nº 780	83.074.294/0001-23	Alcir José Bodanese

ANEXO VI

ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1 – Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE FRAIBURGO**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.947.979/0001-74, com sede na Avenida Rio das Antas, nº 185, na cidade de Fraiburgo, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Ivo Biazzolo:

Item/Quantidade: 1/30,00; 2/30,00; 3/30,00; 4/15,00

2 Órgão Participante: **MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.074.294/0001-23, com sede na Rua do Comércio, nº 780, na cidade de Rio das Antas, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Alcir José Bodanese:

tem/Quantidade: 1/10,00; 2/10,00; 3/10,00

3 – Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

Lote 01

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	40,00	UNID	<p>LOUSA INTERATIVA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: LOUSA ELETROMAGNÉTICA; SUPERFÍCIE ANTI-REFLEXO, RESISTENTE A RISCOS, PERFURAÇÕES E IMPACTOS QUE POSSAM DANIFICAR O HARDWARE; DIMENSÃO DA ÁREA ATIVA MEDINDO NO MÍNIMO 78 POLEGADAS; PRECISÃO DE 0,05MM; TAXA DE RASTRO DE NO MÍNIMO 200 POLEGADAS POR SEGUNDO; TAXA DE SAÍDA DE NO MÍNIMO 120 PONTOS POR SEGUNDO; CONEXÃO COM COMPUTADOR USB; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA SOMENTE ATRAVÉS DA CONEXÃO USB; QUATRO CANETAS ONDE ATRAVÉS DESTAS OU DO SISTEMA POSSAM DIFERENCIAR SUAS FUNÇÕES, SENDO 2 (DUAS) PARA "PROFESSOR" E 2 (DUAS) "ALUNO", SEM A NECESSIDADE DE REINICIALIZAÇÃO DO SISTEMA, COM PONTAS SUBSTITUÍVEIS E PESO MÁXIMO DE 40 GRAMAS, NÃO DEVE NECESSITAR NENHUM TIPO DE ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CABOS, DEVERÁ PERMITIR UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE DUAS CANETAS EM TODA ÁREA ATIVA DA LOUSA SEM ESPAÇO LIMITADO PARA UMA OU OUTRA CANETA. AS CANETAS DE INTERAÇÃO ENTRE USUÁRIO E LOUSA DEVEM POSSUIR AS FUNCIONALIDADES DE UM MOUSE: ARRASTAR O PONTEIRO NA TELA, FUNÇÃO DO BOTÃO ESQUERDO DO MOUSE (CLICAR), FUNÇÃO DE BOTÃO DIREITO DO MOUSE (ABRIR CAIXA DE DIÁLOGO/MENU DE CONTEXTO). CADA CANETA DEVE POSSUIR EM SI UM BOTÃO PARA O ACESSO RÁPIDO À FUNÇÃO DE BOTÃO DIREITO DO MOUSE.</p> <p>REQUISITOS MÍNIMOS DO SOFTWARE: DEVE SER COMPATÍVEL COM AS PLATAFORMAS WINDOWS, MAC OS E LINUX EDUCACIONAL 3.0 E 4.0. POSSIBILITAR ARQUIVOS CRIADOS EM UMA PLATAFORMA SER ACESSADOS EM OUTRA (LINUX X VINDOWS). CORRETOR ORTOGRÁFICO PARA IDIOMA: PORTUGUÊS (BRASIL), ALEMÃO, INGLÊS, ESPANHOL, FRANCÊS E ITALIANO. MÍDIA TIPO: CD-ROM OU DVD-ROM. INTERATIVIDADE COM QUALQUER APLICATIVO INSTALADO NO COMPUTADOR, TECLADO VIRTUAL, MUDANÇA DE CORES E ESPESURAS DO TRAÇO (TINTA ELETRÔNICA), BORRACHA PARA APAGAR TINTA ELETRÔNICA, MARCADOR DE TEXTO, INSERÇÃO DE CAIXA DE TEXTO E EDIÇÃO POR MEIO DE TECLADO VIRTUAL OU CONVENCIONAL, RECURSO DE CAPTURA TOTAL OU PARCIAL DA TELA DE UM APLICATIVO QUALQUER, RECONHECIMENTO DE MANUSCRITO (LETRA CORRIDA E LETRA DE FORMA) E FORMAS GEOMÉTRICAS, VERIFICADOR ORTOGRÁFICO DO DOCUMENTO, ROTAÇÃO E REDIMENSIONAMENTO DE IMAGENS E OBJETOS. GRAVADOR DE SONS E VÍDEOS DAS AÇÕES REALIZADAS NA LOUSA; DEVE POSSUIR COLEÇÃO COM NO MÍNIMO 6000 RECURSOS ENTRE FOTOS, IMAGENS GRADES E IMAGENS DE FUNDO, DESENHO, SONS E ANIMAÇÕES; DEVE POSSUIR AS SEGUINTEES FERRAMENTAS/FUNCIONALIDADES MÍNIMAS: DEVE POSSIBILITAR A ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DA INTERAÇÃO SIMULTÂNEA DE DOIS USUÁRIOS; DEVE PERMITIR ALINHAR OBJETOS À GRADE;</p>

			<p>DEVE PERMITIR O BLOQUEIO PELO PROFESSOR; DEVE POSSIBILITAR A CUSTOMIZAÇÃO DA BARRA DE FERRAMENTAS, SALVAR A CUSTOMIZAÇÃO COMO PERFIL DE USUÁRIO E ALTERAR ENTRE OS PERFIS SEM A REINICIALIZAÇÃO DO SOFTWARE OU ATRAVÉS DE LOGIN DO PERFIL DE CADA USUÁRIO; DEVE SUPORTAR ARQUIVOS COM A EXTENSÃO FLV, AVI, WMV E MP4; DEVE POSSIBILITAR A IMPORTAÇÃO DE DOCUMENTOS CRIADOS EM OUTROS SOFTWARES DE LOUSAS INTERATIVAS; DEVE PERMITIR REPOUSAR UMA MÃO NA SUPERFÍCIE DA LOUSA ENQUANTO ESCREVE-SE COM TINTA ELETRÔNICA (VIA SOFTWARE) COM A OUTRA MÃO; SUPORTE DE PAREDE PARA LOUSA INTERATIVA; CAIXA DE SOM STÉREO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 14 W RMS, COM ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CABO USB E ELÉTRICA EM 220V OU BIVOLT AUTOMÁTICO; GARANTIA DAS CANETAS DE 1 (UM) ANO E GARANTIA DA LOUSA INTERATIVA DE 3 (TRÊS) ANOS;</p> <p>POSSIBILIDADE PARA ACESSÓRIOS ADICIONAIS: SISTEMA DE VOTAÇÃO; MINI QUADRO INTERATIVO POSSIBILITANDO O ACESSO REMOTO DA LOUSA; CANETA ESTENDIDA DE APROXIMADAMENTE 54 CM; ATUALIZAÇÕES DO SOFTWARE DISPONÍVEIS PELO FABRICANTE DE FORMA GRATUITA.</p>
2	40,00	Unid.	<p>PROJETOR DE CURTA DISTÂNCIA COM SEGUINTE CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: PROJEÇÃO DE 78 POLEGAS A NO MÁXIMO 1,50 METROS SISTEMA DE PROJEÇÃO DLP RESOLUÇÃO NATIVA XGA (1024 X 768) BRILHO 2.800 ANSI LUMENS CONTRASTE 13.000:1 QUANTIDADE DE CORES 1.07 BILHÕES LENTES F2.6-2.78, F=10.2-12.24 MM FORMATO DE TELA NATIVO 4:3 (5 SELECIONÁVEIS) ÍNDICE DE PROJEÇÃO 0.9-1.08(54.5" @ 1M) TAMANHO DA IMAGEM 38"-300" ZOOM 1.2:1 LÂMPADA 210W / 3500/5000/6500 HORAS CORREÇÃO DO TRAPÉZIO 1D, VERTICAL ± 40 GRAUS COMPENSAÇÃO PROJETADA (OFFSET) 120% ±5% RESOLUÇÃO SUPORTADA VGA(640 X 480) ATÉ UXGA(1600 X 1200) FREQUÊNCIA HORIZONTAL 31K-102KHZ FREQUÊNCIA VERTICAL 23-120HZ INTERFACE PC IN : (D-SUB 15PIN) (COMPARTILHADO COM VÍDEO POR COMPONENTES), PC OUT: (D-SUB 15PIN), HDMI, VÍDEO COMPOSTO IN (RCA), S-VÍDEO IN (MINI DIN 4PIN), ÁUDIO IN (MINI JACK), ÁUDIO L/R, IN (RCA), ÁUDIO OUT (MINI JACK), ALO FALANTE 10W, USB (TIPO A), (USB READER Y WIRELESS DISPLAY), USB (TIPO MINI B), RS232 (DB-9PIN, IR RECEIVER 2 (FRENTE E PARTE SUPERIOR) DIMENSÕES 312 X 104 X 244 MM HDTV COMPATÍVEL 480I, 480P, 576I, 576P, 720P, 1080I, 1080P COMPATIBILIDADE DE VÍDEO NTSC, PAL, SECAM SUPORTE E COMPATIBILIDADE 3D PC: 120HZ MARCO SEQUÊNCIAL 3D PARA RESOLUÇÕES ATÉ WXGA, PC: 60HZ TOP-BOTTOM 3D PARA RESOLUÇÕES ATÉ SXGA+ VIDEO: 60HZ MARCO SEQUÊNCIAL 3D PARA RESOLUÇÕES ATÉ 480I NÍVEL DE RUÍDO 33/28 DBA (NORMAL/ECONÔMICO) VOLTAGEM AC100 ATÉ 240 V, 50 ATÉ 60 HZ CONSUMO DE ENERGIA 275W, ESPERA<0.5W IDIOMAS DO MENU ÁRABE/ ALEMÃO/ BÚLGARO/ TCHECO/ CHINÊS SIMPLIFICADO/ CHINÊS TRADICIONAL/ COREANO/ CROATA/ DINAMARQUÊS/ ESPANHOL/ FINLANDÊS/ FRANCÊS/ GRIEGO/ HOLANDÊS/ HÚNGARO/ INDONÊSIO/ INGLÊS/ ITALIANO/ JAPONÊS/ NORUEGUÊS/ POLONÊS/ PORTUGUÊS/ ROMENO/ RUSSO/ SUECO/ THAI/ TURCO (27 IDIOMAS). MODOS DE IMAGEM DINÂMICO/ APRESENTAÇÃO/ SRGB/ CINEMA/ USUÁRIO 1/ USUÁRIO2 ACESSÓRIOS INCLUÍDOS CONTROLE REMOTO COM BATERIAS, CABO DE FORÇA (POR REGIÃO), MANUAL DO USUÁRIO EM CD, GUIA RÁPIDO, CABO VGA (D-SUB 15PIN)</p>
3	40,00	UNID	<p>SUPORTE PARA PROJETOR ESTRUTURA EM AÇO RETANGULAR DE 4X4 CM, ESPESURA MÍNIMA DE 1,5 MM. SOLDA ARCO ELÉTRICO OU FONTE OXIACETILÊNICA COM ACABAMENTO FINO PINTURA; EPOXI-PÓ PRETO. DIMENSÕES: COMPRIMENTO DE 1,40 M.</p>

Lote 02

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO
4	15,00	UNID.	<p>MESA INTERATIVA SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCH SCREEN INFRARED) COM JOGOS E APLICATIVOS MULTIDISCIPLINARES. TELA COM ALTA DEFINIÇÃO, TECNOLOGIA IPS, SENSÍVEL AO TOQUE POR MEIO DE SISTEMA TOUCH SCREEN INFRARED, PERMITINDO TOQUES SIMULTÂNEOS (MULTI TOUCH), TELA FULL HD DE 21,5 POLEGADAS. DEVE, PERMITIR A CORRETA EXECUÇÃO DOS JOGOS E APLICATIVOS EDUCATIVOS ATRAVÉS DE SISTEMA GERENCIADO POR UMA PLACA CONTROLADORA COM MEMÓRIA, SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS EM DISCO RÍGIDO, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO CONTRA AQUECIMENTO, SISTEMA DE ÁUDIO ESTÉREO DIGITAL, ENTRADA E SAÍDA DE DADOS E CONEXÃO A REDE SEM FIO. RESISTENTE A ÁGUA, PRESSÃO DE ATÉ OITO QUILOS, RISCOS E POEIRA ESTÁTICA, E ACABAMENTO DE ACRÍLICO 3MM, COM VOLTAGEM AUTOMÁTICA (110V A 240V). TAMPO: CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PROTEÇÃO UV8, 65CM DE LARGURA POR 90CM DE COMPRIMENTO POR 19 CM DE ALTURA, DEVE TER OS CANTOS ARREDONDADOS COM A TELA TOUCH SCREEN INFRARED EMBUTIDA COM ACABAMENTO EM ACRÍLICO. NA PARTE INFERIOR O TAMPO DEVERÁ TER DUAS SAÍDAS DE ÁUDIO E DUAS SAÍDAS PARA REFRIGERAÇÃO, TODAS PROTEGIDAS POR UMA GRADE INTERNA. DEVE POSSUIR TAMBÉM UMA ENTRADA DE DADOS USB, CONECTOR PARA ENERGIA COM FUSÍVEL, BOTÃO LIGA/DESLIGA E ENCAIXES PARA OS PÉS. PÉS: CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM PROTEÇÃO UV8, DOIS CONJUNTOS DE 24CM DE LARGURA POR 51CM DE COMPRIMENTO POR 43CM DE ALTURA. CADA CONJUNTO DE PÉS DEVERÁ TER OS CANTOS ARREDONDADOS, DOIS SUPORTES PARA ENCAIXE NO TAMPO E DOIS ORIFÍCIOS PARA PARAFUSAR NO TAMPO. GARANTIA DE NO MÍNIMO UM ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO NO HARDWARE, ESTRUTURA DA MESA E APLICATIVOS, FORNECIDO PELO FABRICANTE DA MESA INTERATIVA. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL COM CANAL DIRETO COM O FABRICANTE DA MESA INTERATIVA, COM SISTEMA DE ASSISTÊNCIA REMOTA. ITENS INCLUSOS: MANUAL DE USO, CERTIFICADO DE GARANTIA, INFORMAÇÕES GERAIS DE USO E ORIENTAÇÕES E CONTATO SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CANETA PARA TOUCH SCREEN INFRARED, QUATRO PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO DOS PÉS NO TAMPO E UM CABO DE ENERGIA DE 0,75MM. OS JOGOS E APLICATIVOS DEVEM SER CONTROLADOS POR UM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA OPERACIONAL (SOP), QUE NÃO PERMITA O USO DE OUTRAS APLICAÇÕES QUE NÃO SEJAM O CONTEÚDO EDUCACIONAL ESPECÍFICO DA MESA INTERATIVA, DEVE ATUALIZAR DE MANEIRA AUTOMÁTICA O SISTEMA OPERACIONAL, OS JOGOS E OS APLICATIVOS ATRAVÉS DE CONEXÃO POR INTERNET OU PELA ENTRADA DE DADOS USB. DEVE PERMITIR A INSTALAÇÃO DE NOVOS JOGOS E APLICATIVOS EDUCACIONAIS ESPECÍFICOS PARA A MESA INTERATIVA ATRAVÉS DE CONEXÃO POR INTERNET OU PELA ENTRADA DE DADOS USB. DEVE CONTER NO MÍNIMO 10 APLICATIVOS INSTALADOS (JOGOS E APLICATIVOS) REFERENTE TEMA DE COORDENAÇÃO MOTORA, RACIOCÍNIO, DESENHO LIVRE, JOGO DA MEMÓRIA, CORPO HUMANO, PINTURA, LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA, MATEMÁTICA ETC..</p>

ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO “PAL” Nº 0035/2014 - CIMCATARINA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2014 - CIMCATARINA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2014 - CIMCATARINA

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2014

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. ELÓI RÖNNAU, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua,, inscrito no CNPJ sob nº, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado **FORNECEDOR**, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Lousas digitais e mesas interativas, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA:....., durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelo Órgão Participante e fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **20 (vinte)** dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até **30 (trinta) dias**, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.**

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por *e-mail* o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos **de cada Órgão Participante;**
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “on line”, disponibilizado pelo CIMCATARINA.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 0035/2014 - CIMCATARINA, Pregão Eletrônico nº 0027/2014 - CIMCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS nº 0031/2014 - CIMCATARINA, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 15 de dezembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (CIMCATARINA) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI do Edital de Licitação)

13.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (item 3, Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 – Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
..

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Item-Quant.:;;;;;;;;;;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Fraiburgo, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços.

Fraiburgo (SC),/...../ 2014.

ELÓI RÖNNAU



Rua Nereu Ramos, 761 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Diretor Executivo do CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

Órgão Participante

Fornecedor

Testemunhas:

1ª – _____

2ª – _____

ANEXO VIII

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro(a);

5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;

5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;

5.6 – apresentar e retirar documentos;

5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

5.8 – assinar documentos relativos às propostas;

5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;

5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.



Rua Nereu Ramos, 761 1º Andar, Sala 01 – Centro – CEP 89.580-000
www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – Fone (49) 3246-1206

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 – O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)

**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)
Indicação de Usuário do Sistema**

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: _____

Assinatura: _____

(reconhecer firma em cartório)

ANEXO IX

MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

Ficha Técnica Descritiva do Objeto
Número do Item do edital:
Órgão comprador:
Marca/Modelo do produto:
Especificação do produto:
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):
Quantidade do Item:
Preço inicial para o item (em R\$):
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]
Data: